



PARTICIPAÇÃO DE MULHERES ADULTAS NA ATIVIDADE ECONÔMICA

Palavras-chave: Mercado de trabalho, Atividade Econômica, Mulheres Adultas, Gênero, Boom das Commodities.

Autoras:

Carolina Paiva Hackmann – Instituto de Economia

Eugenia Troncoso Leone (orientadora) – Instituto de Economia

INTRODUÇÃO

O gênero enquanto categoria é uma construção social e cultural a qual permeia a sociedade e marca distinções historicamente impostas. Nesse contexto, a tradicional divisão sexual do trabalho – homem-provedor e mulher-cuidadora – ainda persiste (FONTOURA, 2010). A persistência dessas relações sociais somada à inserção da mulher no mercado de trabalho impõe às mulheres uma dupla, e até mesmo tripla, jornada de trabalho. Com isso, a fim de conciliar os afazeres domésticos bem como exercer seu papel no mercado de trabalho, as mulheres são sobrecarregadas.

À mulher é atribuída a responsabilidade pelos cuidados com a casa e a família como competência natural, a qual, mesmo sendo indispensável na manutenção das sociedades, continua a ser invisibilizada e, conseqüentemente, não-valorizada. Assim, uma pressão negativa é posta sobre as mulheres via exaustão dada a reprodução social, e se espraia por toda a sociedade.

Para além da exaustão física e mental, os desafios das mulheres se estendem ao mercado de trabalho: tendem a ter mais dificuldades em encontrar postos de trabalho e quando o fazem, estes são mais precarizados e possuem remunerações inferiores aos dos homens. Tal fato pode ser explicado, em parte, pela menor disponibilidade das mulheres para o mercado de trabalho - em comparação à disponibilidade dos homens - e às condicionalidades para aceitar um emprego advindas de suas atribuições domésticas (FONTOURA et al, 2010).

Dessa forma, as distintas condicionalidades atribuídas a homens e mulheres estão diretamente relacionadas aos diferentes usos do tempo a que cada um dos gêneros é atribuído. A presença das mulheres no mercado produtivo não depende apenas da demanda do mercado, mas de uma articulação complexa a qual envolve responsabilidades familiares e de cuidado. Nesse sentido, é posta uma retroalimentação entre a invisibilização da reprodução social e sua imposição, a qual a legislação e políticas voltadas para a conciliação entre os trabalhos produtivo e reprodutivo pouco impactam apesar de significativos. Tal

limitação ocorre pela baixa cobertura dos direitos e serviços já existentes na legislação brasileira, pela ainda incipiente incorporação da noção de corresponsabilidade social, devido ao fato de que as instituições e espaços de socialização reproduzem valores desiguais de gênero e por causa da invisibilidade da função social e desvalorização do trabalho doméstico (FONTOURA et al, 2010).

Assim, o Estado entra nessa equação via reconhecimento da importância das políticas públicas na transformação dessa realidade e no suporte às famílias. O contexto brasileiro de crescimento econômico experimentado na década seguinte a 2003 é exemplo da diferença que um governo mais engajado na diminuição das desigualdades pode causar. As desigualdades que transbordam até mesmo no uso do tempo podem ser minimizadas por ações governamentais, as quais têm o potencial de impactar positivamente a igualdade de gênero, bem como a qualidade de vida da população como um todo.

METODOLOGIA

A fim de analisar a evolução da inserção das mulheres adultas na atividade econômica nos anos 2000, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD e Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílios Contínua – PNADC. Utilizaram-se ambas as pesquisas devido à restrição de abrangência temporal de cada uma destas: a PNAD teve vigência entre os anos de 1967 e 2013, já a PNADC entrou em vigor a partir de 2013.

Dado o objetivo da pesquisa, foram abrangidos os períodos de crescimento econômico (2004 a 2013), de recessão (2015-2016) e estagnação (de 2017 a 2019). Para a análise empírica, foram selecionados os períodos 2004-2013 e 2013-2019 a fim de analisar a inserção das mulheres adultas na atividade econômica.

Tendo em vista as restrições temporais previamente assinaladas de cada uma das pesquisas nacionais, para o período 2004 e 2013 utilizou-se a PNAD e para o período 2013-2019 utilizaram-se os 4º trimestres de 2013 e 2019 da PNADC. Como mencionado, dadas as diferenças metodológicas entre a PNAD e a PNADC, elas se tornam não comparáveis.

Na análise destes períodos considerados, levaram-se em conta as variáveis “Sexo”, “Idade do morador na data de referência”, “Condição de atividade”, “Condição de ocupação”, “Posição na ocupação” e “Grupamento de atividade principal”. As variáveis “Sexo” e “Idade do morador na” foram adotadas a fim de segmentar a população a ser analisada: mulheres adultas. Já as outras duas variáveis foram escolhidas pois nos permitem analisar a população ocupada em sua inserção na atividade econômica, bem como da maior ou menor concentração de determinados grupos de pessoas ocupadas segmentos da economia. Isto é: analisar em quais posições de ocupação e setores da economia as mulheres adultas se concentram mais e se esta concentração se mantém ou recua ao longo dos períodos analisados.

A partir dos dois períodos selecionados e das variáveis a serem utilizadas, foram elaboradas sintaxes apropriadas ao tratamento dos dados no software SPSS.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

O período de crescimento econômico - 2004 a 2013 – de fato se refletiu em uma melhora nos indicadores gerais do mercado de trabalho. Aliado a isso, as políticas públicas implementadas nos governos petistas incitaram a melhora no quadro social, reduzindo as desigualdades, inclusive de gênero. Ainda assim a divisão sexual do trabalho – “homem-provedor e mulher-cuidadora” como postula Fontoura et al – persistiu e a concentração das mulheres em determinados setores foi reduzida mesmo que significativa.

O segundo recorte, 2013 a 2019, no qual a crise e recessão prevaleceram, houve a piora dos índices do mercado de trabalho. Ao contrário da postura pró-redução das desigualdades do governo do período anterior, a atuação governamental, em destaque a partir de 2017 – Reforma Trabalhista – se deu em prol de medidas liberalizantes e desregulamentadoras. O cenário externo desfavorável somado à nova postura governamental, deteriorou o mercado de trabalho e cessou certas políticas públicas essenciais a redução das desigualdades. A divisão sexual do trabalho não só se perpetuou como acentuou-se.

Nesse sentido, a hipótese desta pesquisa se confirma: em um período de retração da economia, as mulheres são as primeiras a serem atingidas em seu trabalho remunerado. Em momentos de crescimento econômico, com a implementação de políticas públicas em combate às desigualdades, houve a maior participação das mulheres na atividade econômica. No entanto, os dados mostram que, assim que há uma retração da economia, todos os avanços constituídos quanto a participação feminina são quase que prontamente perdidos e há, inclusive, certo regresso.

Aqui reforça-se: a piora dos parâmetros se deu tanto em vias de aumento do desemprego, como a qualidade dos postos de trabalho ocupados piorou, sendo marcados pela maior informalidade. Nesse contexto, as mulheres, principalmente adultas – proporcionalmente mais presentes no mercado de trabalho – obtiveram uma piora ainda mais significativa do que a observada na totalidade. Não somente a melhora das taxas para as mulheres não é tão expressiva em cenários favoráveis quanto as dos homens, como, assim que o cenário se torna desfavorável, as mulheres são as mais atingidas negativamente.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR DE MEDEIROS, C. **Estrutura produtiva e crescimento econômico em economias em desenvolvimento**, vol.25. IE-UNICAMP, 2016.

Link: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/NgFpzQnVkpnZCQfd4PdF6wL/?lang=pt>

BANDEIRA, L. M.; PRETURLAN, R. B. **As pesquisas sobre uso do tempo e a Promoção da igualdade de gênero no Brasil** In: FONTOURA, N.; ARAUJO, C., et al. (Orgs.) *Uso do tempo e Gênero*. Rio de Janeiro, UERJ, 2016.

BALTAR, C. T.. **Estrutura ocupacional, emprego e desigualdade salarial no Brasil de 2014 a 2019**. Texto para discussão 382. IE-UNICAMP, 2020.

Link: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD382.pdf>

BIAVASCHI, M. B.; VAZQUEZ, B.V. **A contínua reforma trabalhista e seus efeitos sobre o trabalho no Brasil** In: LEONE, E. T.; PRONI, M. W. Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo. Campinas, IE-UNICAMP, 2021.

CADERNOS DE FORMAÇÃO. **As mulheres e o mercado de trabalho**. Caderno 3. Campinas: IE. Cesit, 2017

CUNHA RESENDE, M. F.; BITTES TERRA, F.H. **Ciclo, crise e retomada da economia brasileira: avaliação macroeconômica do período 2004-2016**. Economia e Sociedade, vol.29. IE-UNICAMP, 2020.

Link: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/ES/69/5_Resende.pdf

DWECK, E.; ROSSI, P.; MATOS DE OLIVEIRA, A.L. **Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico**. 1ª Edição. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FONTOURA, Natália; PINHEIRO, L; GALIZA, M; VASCONCELOS, M. **Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal**. IBGE, Nota técnica: principais diferenças metodológicas entre as pesquisas PME, PNAD e PNAD Contínua. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2015.

Link:

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Diferencas_Metodologicas_das_pesquisas_PNAD_PME_e_PNAD_Co ntinua.pdf

LEONE, E. **Participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no contexto do crescimento econômico com distribuição de renda (2004-2013)**. Texto para Discussão 363. IE-UNICAMP, 2019.

Link: <http://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD363.pdf>

OLIVEIRA DAMASCENO, A. **Integração financeira e crescimento econômico: teoria, evidência e política**, vol.21. IE-UNICAMP, 2012.

Link: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/F8DfxBVfRKMLTsmT4vyX7rR/abstract/?lang=pt>

ONU. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social**. ONU Mulheres. Brasília 2016.

TEIXEIRA, M. O. **A reforma trabalhista e as mulheres**. In: Contribuição crítica à reforma trabalhista, CESIT/IE – UNICAMP. São Paulo, 2017. Pag. 237-260.
<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Reformatrabalhista.pdf>

VILELA VIEIRA, F.; POLLINE VERÍSSIMO, M. **Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul**. Economia e Sociedade, vol.18. IE-UNICAMP, 2009.

Link: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/ccGn4DV48xvBxhzTQ8WJ6tN/?lang=pt&format=pdf>